

## CORREIO JURÍDICO

POR MARTHA IMENES



Vinhedos do Vale Douro são encrustados nas montanhas

## Nacionalidade portuguesa pode ficar mais difícil

Com a aprovação no parlamento e à espera de promulgação presidencial, a revisão da Lei da Nacionalidade marca uma virada no modelo português de integração de estrangeiros. A medida, aliada à nova Lei de Imigração já em vigor, impõe prazos maiores, novos exames e mais filtros para quem pretende viver no país ou adquirir nacionalidade. Se sancionadas integralmen-

te, as mudanças devem afetar diretamente a comunidade brasileira, atualmente a maior população estrangeira em Portugal. O tempo mínimo de residência legal para solicitar nacionalidade portuguesa, hoje de cinco anos, passará a ser de sete anos para cidadãos da União Europeia e dos países de língua portuguesa, como o Brasil, e de dez anos para os demais.

## Domínio da língua

Quem pedir a cidadania precisará comprovar não apenas domínio da língua portuguesa, mas também conhecimentos sobre história, cultura e símbolos nacionais, por meio de certificação ou exame oficial, uma exigência inédita no país. A legislação também endurece critérios relacionados a antecedentes criminais. Quem tiver condenação igual ou superior a dois anos de prisão ficará impedido de solicitar nacionalidade. E, em casos de punições a partir de quatro anos, juízes poderão determinar a perda da nacionalidade já concedida.



Regras também mudam para crianças em Portugal

## Regras também mudam para crianças nascidas no país

As regras também mudam para crianças nascidas em território português. Para ter direito automático à nacionalidade, os pais deverão comprovar residência legal no país por, no mínimo, cinco anos. Atualmente, bastava comprovar um ano de residência, mesmo que irregular. Na prática, deixa de existir a possibilidade

de naturalização automática de filhos de imigrantes sem documentação válida.

Em paralelo, a Lei nº 61/2025 endurece o regime de imigração e já está em vigor. O diploma reforça critérios para concessão e renovação de autorizações de residência, exigindo comprovação de meios financeiros.

## Alteração estrutural

Para a advogada Luciane Tomé, especialista em Direito Internacional e Nacionalidade Portuguesa, as mudanças representam uma alteração estrutural na forma como o país encara a imigração. "Portugal adota uma postura mais restritiva e de maior controle. Integração pas-

sa a significar mais tempo, mais documentação e mais barreiras administrativas", afirma. Ela ainda destaca a capacidade operacional do Estado como fator de preocupação: "Sem reforço na estrutura da AIMA, há risco de aumento na morosidade e insegurança jurídica."

## 30% de estrangeiros

Na avaliação da especialista, os brasileiros, que representam cerca de 30% dos estrangeiros residentes no país, devem se preparar para um cenário mais exigente. "Planejamento, organização documental e acompanhamento profissional tornam-se essenciais. Quem não co-



Cármem Lúcia, ministra do STF, participou do seminário Democracia, substantivo feminino

## Cármem Lúcia ressalta gravidade da violência

A Constituição garante a igualdade de direitos e deveres

Por Martha Imenes

A desigualdade, a discriminação, e o preconceito foram alguns dos temas discutidos no seminário Democracia: Substantivo Feminino. A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia, afirmou que ainda existem questões pendentes de desigualdade, discriminação e preconceito nesse momento no Brasil em que a violência "é gravíssima" contra as mulheres e as crianças, embora a Constituição garanta igualdade de direitos e deveres entre os gêneros.

A ministra destacou que o encontro ocorria na véspera do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, da Organização das Nações Unidas (ONU), comemorado na terça-feira (25) e que se estenderá por 16 dias.

Cármem Lúcia ressaltou que, a despeito de todas as mulheres brasileiras sofrerem todas as formas de violência, mesmo que não diretamente, historicamente as mulheres negras são as maiores vítimas. Especial-

mente aquelas que não dispõem de condições econômicas, financeiras, que não têm acesso a serviços públicos, como educação. Desta situação é que marcam no Brasil os 21 dias de luta para combater a violência contra as mulheres, iniciados a partir do último dia 20, quando se celebra Dia da Consciência Negra.

"O poder é do povo, a mulher é o povo, é a maioria do povo brasileiro. Hoje, nós ouvimos as mulheres da sociedade civil e queremos aprender com elas", ressaltou a ministra.

A ministra ressaltou que hoje a palavra cabe às mulheres para que ensinem e, acima de tudo, que proponham o que podemos fazer juntas, "porque juntas somos mais", pelo bem do Brasil, por uma democracia forte, sem desigualdade e violência e, principalmente, para o benefício da sociedade no presente, de modo que possa ser construído um futuro sem desigualdade.

A presidente do TSE lembrou que durante toda a sua vida tem lutado pela igualdade, que é uma ação permanente pela igualdade. Embora o Artigo 5º da Cons-

tituição estabeleça a igualdade entre homens e mulheres, não está estratificada, não está formalizada, o que permite que ainda persistam casos de submissão de todas as formas de iniquidade, agressão, violência. "Uma mulher assassinada a cada seis horas no Brasil é não civilizatório mas, mais do que isso, é não humano".

## Humamos podermos negar a própria essência

A presidente do TSE citou um professor que dizia que não temia os animais. Porque, ao contrário dos animais, existem humanos que podem negar a própria essência de humanidade e matar uma mulher fisicamente, psicologicamente e às vezes economicamente e continuar existindo como se nada tivesse acontecido. Por isso, estavam ali reunidas com homens democratas também porque "nós não queremos uma sociedade só de mulheres, mas de homens e mulheres com direitos iguais, com dignidade respeitada de forma igual, porque o que queremos é todos juntos contribuir para uma sociedade de humanos e humanas iguais".

## Cenário jurídico mais rígido fará de 2026 um dos anos mais desafiadores para as empresas, diz especialista



Justiça em 2026 terá novos desafios, principalmente por conta da tecnologia

A entrada de 2026 deve marcar um dos períodos mais desafiadores para as empresas brasileiras. O ambiente de negócios passa a operar sob um grau mais elevado de complexidade, influenciado por novas regulamentações, transformação digital acelerada, pressão por integridade corporativa e um cenário econômico ainda instável.

Para o advogado Sandro Wainstein, especialista em gestão jurídica estratégica e fundador da SV Wainstein Advocacia, o próximo ano exigirá das organizações uma postura muito mais preventiva e analítica. Segundo ele, "o risco deixou de ser algo que aparece no final da cadeia. Hoje, ele nasce na estratégia. A empresa que não interpretar corretamente os sinais do futuro está se preparando para perder competitividade."

A intensificação de normas em setores sensíveis deve ser um dos pontos centrais de preocupação. Mudanças em compliance, proteção de dados, relações de trabalho, contratos e inteligência artificial tendem a criar impactos imediatos em operações, custos e processos decisórios.

Sandro observa que regulações mal compreendidas geram efeitos colaterais graves, capazes de comprometer resultados. Como ele destaca, "uma vírgula mal interpretada pode custar milhões. Em 2026, a diferença entre segurança e crise estará na capacidade de leitura e antecipação."

## Inteligência artificial

O avanço da inteligência artificial, embora traga eficiência, amplia riscos jurídicos relacionados à privacidade, responsabilidade e propriedade intelectual. A ausência de governança tecnológica é apontada como uma vulnerabilidade crítica. Sandro reforça que "a tecnologia evolui mais rápido do que a legislação. Quem não se preparar para esse descompasso vai enfrentar problemas

que ainda nem sabe nomear."

No campo contratual, o cenário também se torna mais sensível. A necessidade de renegociações, fortalecimento de garantias e revisão de cláusulas deve crescer, especialmente em setores pressionados por inflação setorial e alta dependência de fornecedores. Para o especialista, "contrato fraco não é detalhe jurídico, é risco estratégico. Em 2026, o contrato será a primeira linha de defesa de qualquer empresa."

As relações trabalhistas devem entrar em um novo ciclo de atenção, impulsionadas por modelos híbridos, questões de saúde mental, metas agressivas e formatos contratuais atípicos. Ao mesmo tempo, programas de integridade deixam de ser diferenciais e se tornam pré-requisito para competitividade. Sandro enfatiza que "compliance não é mais virtude, é sobrevivência. Empresas sem maturidade em integridade não terão acesso a mercados, con-

tratos e parcerias relevantes."

## Mudança estrutural

Para ele, o maior equívoco das organizações é imaginar que 2026 será apenas uma extensão dos anos anteriores. A mudança é estrutural e profunda. Sandro resume com clareza: "estamos entrando em uma fase em que prevenir vai custar menos do que corrigir e infinitamente menos do que reagir. Empresas que se anteciparem ao risco vão transformar incerteza em vantagem competitiva."

O advogado reforça que leitura de cenários, planejamento jurídico e monitoramento contínuo de ameaças se tornaram essenciais para sustentar crescimento. "Quem espera o problema aparecer já está atrasado. A advocacia estratégica existe para enxergar o que ainda não aconteceu. É assim que protegemos negócios e fortalecemos trajetórias."